
Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro: um diplomata a serviço do Império, um historiador a serviço da naçãoSÁ, Ana Priscila de Sousa¹

Resumo: Neste trabalho ofereceremos algumas notas a respeito do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen e sua obra, objetivando compreender suas principais ideias e propostas para o Brasil de meados do século XIX. Nascido em Sorocaba, interior de São Paulo, foi logo na infância para Portugal, onde se deu sua formação intelectual. Embora tenha passado quase a vida inteira no exterior, pensou e escreveu com os olhos voltados para sua terra natal e sua produção intelectual tinha como meta orientar a estruturação e consolidação do Brasil enquanto uma nação. Não é intenção aqui escrever uma biografia de Varnhagen, mas fazer alguns apontamentos sobre sua trajetória é essencial para entender as condições nas quais foi possível produzir sua obra, que tinha por objeto de análise o Império do Brasil.

Palavras-chave: Varnhagen; Nação; Império do Brasil.

Varnhagen, el Visconde de Porto Seguro: un diplomático al servicio del Imperio, un historiador al servicio de la nación

Resumen: En este trabajo ofrecemos algunas notas acerca del historiador brasileño Francisco Adolfo de Varnhagen y su obra, con el objetivo de comprender sus principales ideas y propuestas para Brasil a mediados del siglo XIX. Nacido en Sorocaba, Sao Paulo, fue pronto en la infancia a Portugal, donde ha dado a su formación intelectual. Aunque ha pasado casi toda la vida en el exterior, pensó y escribió con los ojos volcados a su tierra natal, y su producción intelectual tenía como meta orientar la estructuración y consolidación de Brasil como una nación. No es intención aquí escribir una biografía de Varnhagen, pero hacer algunos apuntes sobre su trayectoria es esencial para entender las condiciones en las cuales fue posible producir su obra que tenía por objeto de análisis el Imperio de Brasil.

Palabras-clave: Varnhagen; Nación; Imperio de Brasil.

INTRODUÇÃO

Em discurso na sessão aniversária de 15 de dezembro de 1878, o orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Joaquim Manoel de Macedo, prestou homenagens aos “sábios patriarcas” da instituição falecidos naquele ano, entre eles Varnhagen que, para o literato, foi o “escrupuloso iluminador da história do Brasil” (MACEDO, 1878. p. 469-487). A atuação de Varnhagen no IHGB começou a se desenhar a partir do ano de 1840, quando foi admitido sócio com a atribuição de examinar, coletar e extrair cópias de documentos que fossem relevantes para a história brasileira. Filho de pai alemão e mãe portuguesa, Varnhagen, que nasceu

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Bolsista CAPES. E-mail: priscilareds@hotmail.com

em Sorocaba, interior de São Paulo, em 1816, viajou para Portugal ainda criança, em 1823². Em Lisboa, fez seus primeiros estudos, entrando depois para o Colégio Militar da Luz, onde concluiu o curso em 1832. Frequentou ainda, entre outras, aulas de química, física, mineralogia e botânica, e cursos de paleografia, diplomacia e economia política, que o ajudaram em suas atividades de historiador e diplomata.

Como residiu por anos em Portugal, tendo prestado serviços no Exército, lutando contra D. Miguel e defendendo a legitimidade de D. Pedro ao trono português, Varnhagen, que por esse tempo já publicara duas obras, *Reflexões Críticas*³ e a edição do *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa em 1530-1532*, enfrentou dificuldades em reaver a cidadania brasileira. Tomando conhecimento de que o Poder Legislativo estava discutindo uma lei que permitiria a repatriação de brasileiros que viviam no exterior, voltou ao seu país de nascimento. Segundo Clado Ribeiro de Lessa, Varnhagen voltou para Portugal em 1841, quando pediu uma promoção. Sua decisão de se demitir do Exército português parece ter sido consequência da recusa do pedido (LESSA, 1945, p. 70). Só no ano seguinte tomou conhecimento de que o Imperador havia assinado o decreto que confirmava sua nacionalidade brasileira, anistiando-o da irregularidade de ter servido em um Exército estrangeiro. Varnhagen acabou se transformando em brasileiro por decreto, contudo, mesmo fora, seus olhos nunca deixaram de estar voltados para o Brasil, sua pátria por nascimento e “opção”.

Não é intenção aqui escrever uma biografia de Varnhagen, mas fazer alguns apontamentos sobre sua trajetória é essencial para entender as condições nas quais foi possível produzir seus trabalhos. Assim, neste trabalho oferecemos algumas notas a respeito do sujeito Varnhagen e sua obra para tentar compreender suas principais ideias e propostas para a nação brasileira na metade do século XIX, o

² O pai de Varnhagen, Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, casado com Maria Flávia de Sá Magalhães, viera ao Brasil em 1810, contratado pelo então regente D. João VI para iniciar os trabalhos da fábrica de São João de Ipanema, em Sorocaba/SP, tornando-se, assim, um dos pioneiros da fundição de ferro no Brasil. Com a Revolução Constitucional do Porto de 1820, Frederico de Varnhagen se licenciara de seu trabalho na Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema da qual já era diretor desde 1814, embarcando de volta para a Europa em 1822. Um ano depois o restante da família foi ao seu encontro em Portugal.

³ Cotejando cópias existentes em várias bibliotecas de Portugal, Varnhagen arrolou vários impressos de notícias sobre o Brasil, documentos até então não revelados, como a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador; *História dos Jesuítas do Maranhão*, do Padre José de Moraes; *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, atribuído à Diogo de Campos Moreno e *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão.

objetivo principal é discutir essa obra enquanto um projeto político escrito por um historiador que tomou parte de questões importantes de seu tempo.

O ETNÓGRAFO, O DIPLOMATA.

Ao longo de grande parte de sua vida, Varnhagen concebeu os nativos como uma raça selvagem que precisava ser civilizada. Contudo, isso não quer dizer que não se interessasse em estudar os nativos. Pelo contrário, em muitas de suas edições, as páginas da Revista do IHGB trouxeram estudos de Varnhagen acerca, sobretudo, das línguas indígenas, pois, para o historiador-etnógrafo, aprendê-las servia ao importante propósito de civilizar os nativos. Foi com esse pensamento que em sessão do Instituto de 1840 leu uma dissertação onde mostrava aos sócios a conveniência de se estudar as línguas indígenas do Brasil. A Memória consistia na proposta de dois meios pelos quais se poderia colocar em prática tal objetivo: 1º) que o IHGB solicitasse ao governo imperial a criação de escolas para ensinarem as línguas dos indígenas que habitassem o território nacional e as áreas de fronteira; 2º) que o Instituto se comprometesse em imprimir a segunda parte, inédita, do Dicionário Português e Brasileiro e dois outros manuscritos sobre línguas selvagens existentes na biblioteca da Corte (VARNHAGEN, 1841, p. 61-62). Para Varnhagen, o conhecimento das línguas indígenas era condição essencial para se ter um melhor entendimento sobre questões relativas à própria história do Brasil. Ter um glossário contendo seus vocábulos era importante para organizar os estudos de filologia e uma maneira de se conhecer a quantidade de tribos que haviam pisado o solo brasileiro.

Conforme Lessa, as propostas de criação de cadeiras de línguas dos índios, e de publicação de gramática e dicionários indígenas foram aprovadas sem restrições pelos membros do IHGB (LESSA, 1954, p. 221-222). Ambos entendiam que o estudo e ensino das ditas línguas concorriam de forma positiva para a civilização daqueles, bem como para a ilustração da história nacional. Sempre em movimento, Varnhagen continuou suas atividades de historiador, etnógrafo, diplomata, ofício este que o auxiliou a desenvolver melhor suas atribuições dentro da carreira histórica, visto que, além da disponibilidade de tempo, as viagens possibilitavam visitar museus, arquivos e bibliotecas situadas em diversas partes do mundo. Sem desvincular dos serviços diplomáticos, foi por seus conhecimentos em história e geografia que retornou ao Brasil em 1851, atendendo ao pedido do

Ministro Paulino José Soares de Sousa. A tarefa era ajudar nas negociações sobre os limites das Repúblicas hispano-americanas com as Guianas europeias. Ainda neste ano, foi eleito primeiro-secretário do IHGB e voltou para Madri, onde assumiu o posto de Encarregado de Negócios, ficando até 1858, quando foi anunciado para Ministro Residente no Paraguai. Por uma década cuidou dos assuntos brasileiros nas Repúblicas do Pacífico, trabalhando também junto aos governos do Peru, Chile e Equador.

Por um decreto imperial de 1868, foi novamente enviado à Europa, desta vez para a Áustria. Varnhagen estava mais uma vez em contato com as fontes. Em Viena foi elevado ao posto de Ministro Plenipotenciário, em 1871. Um ano depois, finalmente nobre, recebeu o título de Barão de Porto Seguro, e Visconde de mesmo nome em 1874. O “tornar-se nobre”, no entanto, veio só no fim da vida, em virtude de complicações de saúde, provavelmente tuberculose, faleceu em Viena no dia 29 de junho de 1878, aos 62 anos e, como sempre, longe do Brasil.

O CRITICADO

A obra de Varnhagen erigida em “monumento” por seus apreciadores, não permaneceu imune às críticas daqueles que nela reconheceram lacunas consideráveis. Em 1878, ano de sua morte, Capistrano de Abreu escreveu no Necrológio do Visconde de Porto Seguro que Varnhagen “tudo viu, tudo examinou”, entretanto, ponderou que “a falta de espírito plástico e simpático” era seu maior defeito, lamentando o fato de que ele ter ignorado ou desdenhado do “corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia”, pois, não lançando mão delas, mesmo que vivesse a “escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar a seus sucessores no terreno dos fatos”; não conseguiria compreender esses fatos “em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanavam: generalizar as ações e formular-lhes a teoria, representá-las como conseqüências e demonstrações de duas ou três leis basilares” (ABREU, 1931, p. 140).

Para Capistrano de Abreu, o defeito capital da História Geral do Brasil (1854) incidia no fato de que o historiador não soube perceber os caracteres que distinguiam os diferentes períodos nos quais se dividia a história do Brasil, de modo que:

Sob as mãos de Varnhagen a história do Brasil uniformiza-se e esplandece; os relevos arrasam-se, os característicos misturam-se e as cores desbotam. Vê-se uma extensão, mas plana, sempre igual, que lembra as páginas que o brochador descuidadoso repete. E todavia, mesmo as pessoas que conhecem a história pátria infinitamente menos que Varnhagen, percebem que as épocas se sucedem, mas não se parecem, e muitas vezes não se continuam. (ABREU, 1931, p. 206)

A “massa ciclópica de materiais acumulados” por Varnhagen não teria sido satisfatoriamente compreendida, faltava-lhe a percepção do funcionamento da vida social, num momento em que o romantismo e o historicismo davam lugar às teorias do evolucionismo e do cientificismo nas discussões literárias e historiográficas.

Outro problema do historiador com seus críticos envolveu uma suposta apropriação da obra de Karl von Martius, Como se deve escrever a história do Brasil, de 1843, dissertação vencedora do concurso proposto pelo IHGB no início dos anos 1840. A tese de Martius foi a de que a história do Brasil seria a história da mescla das três raças: índio, negro e colonizador branco (MARTIUS, 1844, p. 382). Varnhagen foi acusado pelo geógrafo francês Armand D’Avezac de apenas seguir o programa de Martius, opinião compartilhada por Capistrano de Abreu, o que ele nunca confirmou (ABREU, 1931, p. 196). De fato, é possível observar na produção de Varnhagen temas que foram recomendados por Martius ao “historiador reflexivo” do Brasil, como o estudo geral sobre os índios, direitos dos colonos e legislação colonial. A própria ideia que Varnhagen defendeu ao longo da vida, da miscigenação, pela qual índios e negros desapareceriam dentro da superioridade branca, já havia aparecido na dissertação de Martius.

Nesses termos, seria possível concluir que os críticos estavam corretos em sua declaração? Não se pode negar a presença de aspectos do programa do naturalista alemão nos trabalhos de Varnhagen, mas afirmar categoricamente que a obra do autor se resumia a uma aplicação direta do texto de Martius seria reduzir em muito o vasto esforço de pesquisa que ele realizou desde jovem. Martius poderia sim ter fornecido o “modelo” a partir do qual se produziu a história do Brasil, que era exatamente o escopo do concurso do qual participou, o que não significa que tudo o que se escreveu depois dele o seguiu metodicamente. O próprio Varnhagen tinha uma concepção de história e ofício do historiador diferente de Martius. Apesar da possibilidade da previsibilidade histórica aliada à existência de leis naturais como acreditava o cientista, Varnhagen, já pertencente à outra geração influenciada pelo movimento romântico (excetuando-se, é claro, a postura com relação ao indígena),

atribuiu maior importância à pesquisa documental, objetivando realizar um trabalho mais consistente, abandonando dessa maneira a perspectiva filosófica até então difundida (WEHLING, 1999, p. 44-45).

Quem também deu seu parecer sobre o trabalho de Varnhagen foi João Francisco Lisboa, que viu pontos positivos na História Geral, como o bom manuseio das fontes e uma imensa investigação, admitindo que era possível fazer-lhe críticas parciais, mas que não havia trabalho igual em sua época. Contudo, foi justamente com Lisboa que Varnhagen travou a mais longa polêmica de sua vida. A questão em pauta foi a da civilização dos índios. Enquanto Varnhagen defendia a “civilização por tutela”, ou seja, os índios seriam capturados e adotados por famílias que lhes educariam nos princípios morais e cristãos, sendo posteriormente devolvidos à sociedade, e compondo a mão-de-obra após o fim da escravidão (VARNHAGEN, 1851, p. 392); Lisboa via essa proposta como uma escravidão disfarçada.

Todavia, é provável que Manoel Bomfim tenha sido o mais radical crítico do trabalho do autor. Para Bomfim, Varnhagen trabalhava por “encomenda” e em virtude de realizar sua “fofa ambição” (BOMFIM, 2013, p. 115). Teria escrito uma história não do Brasil, mas para o trono. A acusação encontrava eco na postura de Varnhagen em reprovar ferrenhamente as revoltas que foram deflagradas contra o governo monárquico, como a Revolução Pernambucana de 1817, sobre a qual dizia ter vontade de colocar um “véu”, apenas tratando em sua obra por conta de seu compromisso com a verdade histórica. Segundo Thamara Rodrigues, Varnhagen narrou aquele conflito como um movimento provinciano, sem cunho patriótico, e que inviabilizaria a construção e a conservação da integridade do Império, por essa razão não teve glórias nem brios que honrariam a nacionalidade brasileira (RODRIGUES, 2017, p. 301). Relegar conflitos autonomistas como esse ao plano do esquecimento também era uma atitude condizente com o tipo de história que lhe agradava: a junção da verdade com a conveniência e, nesse sentido, é interessante destacar que Varnhagen tinha outro compromisso, escrever a história da nação, assim, como monarquista convicto, tendia a condenar todo movimento que ameaçasse a manutenção do regime.

Capistrano de Abreu também apontou os méritos da obra de Varnhagen ao apresentar em sua História Geral mais que uma crônica dos acontecimentos, sempre procurando, e por muitas vezes conseguindo, colocar-se sob o ponto de vista nacional, no sentido de produzir uma escrita da História que pudesse se

projetar como uma unidade e dotada de um fundamento comum de ordenação do seu passado. Dizia esperar “que alguém, iniciado no movimento do pensar contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos”, elevasse o edifício cujos elementos foram reunidos pelo Visconde de Porto Seguro, ao mesmo tempo em que afirmava que “pensamos, como (João Francisco) Lisboa, que a história do Brasil não será de novo escrita tão cedo; e pensamos até mais, que ela não deve ser escrita senão daqui a muitos anos” (ABREU, 1975, p. 92).

A esse respeito, Arno Wehling informou que até na década de 1930 a matriz varnhageniana ainda era muito forte nos Institutos e mesmo nas universidades que iam surgindo, só começando a ser efetivamente contestada e a perder influência no meio acadêmico a partir das décadas de 1960 e 1970, com a crítica de correntes ligadas a outras perspectivas teórico-metodológicas como o marxismo e o movimento dos Annales (WEHLING, 1999, p. 217-218).

O IDEAL VARNHAGENIANO DE COMO SE DEVE ENTENDER A NACIONALIDADE NA HISTÓRIA DO BRASIL

Fazer do Brasil um todo, o mais homogêneo possível, a partir do seu passado: eis a tarefa da história e dos historiadores em meados do século XIX. A criação do IHGB em 1838 veio com a missão de escrever a história nacional, inscrevendo-se num projeto histórico que estava em consonância com o projeto político que se materializava no período de sua criação.

Num trabalho escrito em 1852 e publicado somente quase um século depois, em 1948, intitulado Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil; Varnhagen fez uma abordagem consistente sobre o que considerava os “dotes” necessários ao historiador: “no século atual ninguém poderá alcançar este título, sem que a um tempo seja erudito no Assumpto, filósofo, literato, e até diremos às vezes, poeta” (VARNHAGEN, 2011, p. 191). A erudição como preceito fundamental tinha a ver com a construção documentada do trabalho, o levantamento e averiguação dos fatos colhidos nas fontes mais puras, assim a história não seria entendida como novela ou romance, preocupação revelada principalmente no tocante à recepção estrangeira. O trabalho do autor passava por momentos como o da feitura de apontamentos e cópias, destacando também o interesse por documentos de épocas mais recentes e a questão do ineditismo da fonte. Um

documento novo era garantia de fatos ainda não investigados que serviriam para preencher lacunas e esclarecer pontos obscuros da história, desde que comprovada sua autenticidade. Competia ao historiador moderno realizar o trabalho duplo de pesquisa documental e ratificação de seu texto com a citação, fundamentando e validando na documentação. Por esse aspecto, José Honório Rodrigues o acusou de “oficialismo”, isto é, a história escrita pelo sorocabano sempre deu maior importância às fontes oficiais do que às da oposição, de modo que aceitava as teses e justificativas das minorias dirigentes, desvendando quase nunca seus erros, louvando quase sempre seus governos, condenando os vencidos (RODRIGUES, 1967, p. 195).

Em outra ocasião, Varnhagen explanou que:

Cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da crítica, não da eloquência; e perante o tribunal dela, o historiógrafo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que, depois de averiguar bem os fatos, ouvindo as testemunhas, com o devido critério, deve, feito o seu alegado com o possível laconismo, sentenciar na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça. (VARNHAGEN, 1877, p. XII)

E complementou que “o amor á verdade nos obrigará mais de uma vez a combater certas crenças ou ilusões, que já nos havíamos acostumado a respeitar” (VARNHAGEN, 1877, p. XIII). Como juiz, o historiador não poderia se deixar levar por qualquer outra coisa que não fosse a busca pela verdade. Tinha de ser meticuloso, investigar, analisar bem cada fato e cada testemunha desse fato, para que sua sentença fosse justa. Foi um historiador crítico na medida em que examinou os fatos sob o ponto de vista da autenticidade, integridade e credibilidade. No entanto, pesou desde cedo sobre ele a acusação de que teria se limitado a construir uma narração reunindo dados autênticos sem interpretação, portanto, um crítico, mas não intérprete.

Seguindo a afirmativa, o historiador tinha de ser filósofo. Varnhagen não pretendeu desenvolver uma filosofia da história, tanto que criticou os historiadores que fabricavam a história em suas cabeças. A confecção e a leitura dessa história conformariam as expectativas sobre as condições políticas, servindo como diagnóstico e dispendo de prognósticos para a nação, determinando a construção da narrativa (SILVA, 2006, p. 122). O último dote prescrito foi o de que o historiador deveria ser literato ou mesmo poeta. Entenda-se bem o significado disso: seria exigido algum gênio poético, mas não para improvisar. No seu entender, na

narração histórica cumpria ser correto, harmônico e tão elegante quanto pudesse, sem cair na afetação. Ao historiador cabia fazer da história um instrumento não apenas de insuflar patriotismo ou exaltar os feitos do governo, mas como meio de lembrar que os erros cometidos no passado são passíveis de voltarem a ocorrer, isto é, a continuação da concepção de uma história “mestra da vida”. A leitura histórica compartilhada por Varnhagen e pelos membros do Instituto revelavam, então, as indefinições entre a moderna narrativa, científica, neutra e objetiva, e a narrativa literária, sujeita às injunções da subjetividade do autor, onde a questão não estava definida e o estilo permanecia um atributo importante (CEZAR, 2007, p. 163). Assim sendo, ajuda a questionar, ao menos para o caso do Brasil, a visão recorrente sobre o século XIX como o período da exclusiva cientificização e objetivação da história.

Eis o método do historiador, segundo Varnhagen: partindo do arquivo, iniciava examinando com fria imparcialidade a verdade dos fatos, apurados por meio das provas levantadas criteriosamente para, na sequência, transmitir a sentença ao público, de forma imparcial e sisuda (VARNHAGEN, 1857, p. XII). Quando possível, checava a informação in loco. No Prefácio da História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654 (1871), Varnhagen afirmou que “a escola histórica a que pertencemos, é como já temos dito por vezes, estranha a essa demasiado sentimental, que, pretendendo comover muito, chega a afastar-se da própria verdade” (VARNHAGEN, 1871, p. XXV). De que verdade falava Varnhagen e qual escola era essa? De acordo com a tendência de seu tempo, a verdade seria um esforço de reconstituição integral do fato passado, a partir de uma absoluta fidelidade ao acontecido, o que poderia implicar em desmentir os mitos e heroísmos e desagradar a meia dúzia de apaixonados parciais, algo em torno de uma história “como realmente aconteceu”. Talvez seja algo apressado “encaixar” Varnhagen em uma escola, embora seja patente que tinha conhecimento do “modo alemão” de fazer história. Como ressaltou Temístocles Cezar, mais do que ligado a uma perspectiva historiográfica específica, ele compartilhou de uma série de noções da moderna historiografia oitocentista, como a valorização do documento original, a objetividade da narrativa e a imparcialidade do historiador (CEZAR, 2007, p. 161). Desse modo, ainda que o autor tenha tido contato com a “Escola Histórica” alemã ou a “escola” francesa, seus trabalhos adquiriram traços particulares, até por tratarem de um contexto singular, o brasileiro, em um universo teórico amplo cujo desenvolvimento se iniciava no Brasil recém-independente.

Mesmo que falasse em imparcialidade, tinha dificuldade em respeitar a distinção entre sujeito e objeto da pesquisa. Não conseguia e nem fazia questão de se ocultar no texto, alertando o leitor que era triste o historiador que não possuía íntimas convicções relativas ao seu país. Mesmo que a ideia da História Geral fosse abranger todos os aspectos da vida nacional, acabou sendo mais uma história político-administrativa, também uma história das elites. Em seu esforço, não havia incompatibilidade em valorizar a ocupação portuguesa do território e o desejo de independência. Importa destacar, contudo, que a maior parte das críticas à obra de Varnhagen são endereçadas aos seus julgamentos estéticos e não à seleção que operou, do que decidiu como sendo ou não sendo nacional (CEZAR, 2007, p. 171).

Se fosse possível resumir a relação entre este “brasileiro porque quis” e a escrita da história numa frase, talvez esta do historiador Salah Khaled Jr. lhe fosse, no mínimo, apropriada: fundamentado na verdade contida nas fontes, “Varnhagen efetivamente julga, e o faz, munido da autoridade que a história – mestra da vida – lhe dá, assim como da imparcialidade que afirma ser o seu norteador” (KHALED JR, 2010, p. 235).

Dito isso, quem então representava a nacionalidade brasileira que enredaria essa história? Varnhagen concordava que a nacionalidade brasileira tinha um cunho especial, porque concorreram para sua formação elementos de raças diferentes: portugueses, indígenas, africanos, holandeses, contudo postulou que o europeu foi o grande elemento civilizador da pátria brasileira. Relativo aos nativos, afirmou que “parte da poesia brasileira “está nos Índios”; - discordamos porém absolutamente em que neles esteja a nossa história” (VARNHAGEN, 2011, p. 194). Uma posição que aumentava a discussão entre o autor e os românticos que viam no índio a representação do nacional. Para Varnhagen, os defensores do indianismo ou, como costumava chamar, “caboclisto”, não poderiam estar mais equivocados ao atribuírem a uma raça “degenerada e canibal” o posto de maiores representantes da nacionalidade de um país que tanto prometia em termos de nação civilizada. Dessa maneira, concluiu longamente que:

Claro está que, se o elemento europeu é o que essencialmente constitui a nacionalidade atual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos da Europa) constituirá a futura, é com esse elemento cristão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glórias da pátria, e por conseguinte a história nacional. Abrace embora exclusivamente os Africanos e a sua causa o historiador do cativo, impiamente importado, desses infelizes; abrace ainda mais ternamente os Índios, e defenda [...] a resistência que opuseram e opõem a

libertar-se da escravidão da antropofagia selvagem, em que jaziam e jazem, o historiador dos Índios; - a história da atual nação, - a história geral da civilização do Brasil, deixaria de ser lógica com seu próprio título, desde que abertasse de simpatizar mais com o elemento principalmente civilizador. (VARNHAGEN, 1857, p. XXV)

Seguindo a lógica varnhageniana, se era para se escrever a história geral da “civilização do Brasil”, era insensato, ou mesmo um erro, o historiador dar mais importância aos africanos (ser um historiador do “cativeiro”), ou aos índios que podiam ser qualquer coisa menos civilizados, do que deixar de simpatizar mais com o elemento principalmente civilizador, isto é, os europeus, notadamente os portugueses.

UM ESTADO BRASILEIRO, UMA CONTINUAÇÃO DA OBRA COLONISADORA PORTUGUESA

Varnhagen acreditava que o sentimento de “ser brasileiro” havia se manifestado verdadeiramente nas lutas contra os holandeses, ainda no período colonial. Em Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil, o historiador expôs sua opinião a respeito dessa temática:

A verdadeira nacionalidade brasileira de hoje nasceu antes da Independência, já existia no Arraial do Bom Jesus em Pernambuco, em frente o poder dos Holandeses, e não era índia; era crioula e cristã, era portanto, já há mais de dois séculos, brasileira. Foi essa a nacionalidade a que alentou e eletrizou os corações dos que ficaram vencedores em Guararapes. – Esses que chamamos, incorretamente, indígenas concorriam nela, não como tipos, mas apenas absorvida pela raça colonizadora. (VARNHAGEN, 2011, p. 194-195)

A partir desse trecho pode se inferir algumas questões importantes do pensamento varnhageniano. Para Varnhagen: a) a verdadeira nacionalidade brasileira nasceu em Pernambuco, frente ao poder dos holandeses; b) uma nacionalidade que não era índia, mas crioula e cristã, portanto, já há mais de dois séculos brasileira; c) aqueles incorretamente chamados indígenas concorriam nela não como tipos, mas apenas absorvidos pela raça colonizadora. Tomando-as como ponto de partida, é possível tecer algumas considerações.

Varnhagen expôs que a gênese da consciência nacional brasileira se deu como produto da incorporação de elementos provenientes da ação colonizadora, assim não era índia, era “crioula e cristã”, logo, brasileira. Dentre os elementos provenientes dessa ação estava a religião cristã. Varnhagen reconhecia a importância da religião não só no processo de civilização do gentio, mas também

como subsídio para a construção da identidade nacional que, mesmo brasileira, não deveria se ver desvinculada da tradição portuguesa. Dessa forma, afirmou que “devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo, inoculados nesta terra por uma das nações mais heroicas da Europa de três séculos e meio, cuja língua falamos” (VARNHAGEN, 2011, p. 195). Isso porque, como a língua, a religião católica fazia parte da herança europeia para a nação brasileira.

Propagador de uma nação cuja consciência deveria ser “legitimadora do predomínio branco português no processo histórico colonial” (WEHLING, 1999, p. 44-115), o nacionalismo de Varnhagen não poderia ser tido como xenófobo, visto que o ser brasileiro seria, de alguma forma, uma continuação do ser português. De acordo com Américo Lacombe, essa postura do historiador gerou polêmica no meio intelectual da época e o que mais chocou teria sido o impacto do seu estilo direto, que não demonstrava nenhuma contemplação com as correntes que o cercavam, notadamente a romântica indianista (LACOMBE, 1967, p. 142).

É preciso esclarecer que, apesar do elogio à colonização portuguesa, o Brasil que se queria construir e que Varnhagen delineava em sua narrativa era um Brasil que buscava se integrar ao conjunto das nações civilizadas como um país uno, indivisível e, sobretudo, independente. Fato que pode ser percebido se atentarmos para a formação da galeria dos “heróis nacionais”, “os brasileiros distintos por armas, letras, virtudes etc.” trazidos nas páginas da Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como uma forma de ressaltar que o Brasil, independente dos interesses portugueses, tinha nesses brasileiros ilustres os representantes dos interesses nacionais.

Pode-se dizer que tal pensamento se constitui num exemplo da aplicação de um princípio que, segundo Eric Hobsbawm, fundamentava a ideia e permitia que um povo fosse classificado como uma nação no século XIX: o da associação histórica do jovem Estado com outro Estado já existente, ou com um passado recente e razoavelmente durável. Para o autor, “uma vez dada a identificação da nação com o Estado, era natural que estrangeiros pressupusessem que o único povo em um país fosse pertencente ao povo-Estado” (HOBSBAWM, 1990, p. 49).

A respeito do que entendia por nação brasileira, Varnhagen sugeriu:

Olhai para o próprio brasão d’armas que a simboliza. Nele vereis a esfera armilar, significando a origem da dinastia e a do estado, e nele vereis também a cruz da ordem de Cristo, que representa por si só a história da civilização do país. E isto não escrito n’este ou naquele idioma, ininteligível aos demais povos;

mas apregoado na bela linguagem heráldica, composta de hieroglíficos, que constituem, nos feitos históricos, uma espécie de pasigrafia ao alcance de todas as nações civilizadas. (VARNHAGEN, 1857, p. XXV)

Na composição da nação brasileira estava sua “origem” na dinastia/estado português, a religião cristã (estabilizadora da sociedade, instrumento de civilização e de moral) e a língua, constatação para a qual bastava observar um símbolo que representava essa nação: o brasão de armas do Império. Pela ótica do autor, blasonar do legado europeu não significava ser menos nacional.

“AS IDEIAS POLÍTICAS DE VARNHAGEN”

Na concepção de Varnhagen e dos dirigentes do Império em meados do século XIX, a ausência de um Estado-tutor que assumisse a tarefa da construção da nação, pensando o Brasil como um todo, o regional se sobressairia ao nacional, ameaçando a unidade. Seguindo essa linha de raciocínio, o fortalecimento das partes em detrimento do enfraquecimento do todo era uma situação impensável e totalmente reprovável. Essa luta pela manutenção da unidade nacional cabia ao Estado.

De acordo com Cezar, “Varnhagen era monarquista. Era católico, como nunca cansou de afirmar. [...]. Antiindianista e hobbesiano” (CEZAR, 2007, p. 162), sua obra, bem como a do IHGB, foi pensada visando consolidar o sistema unitário e a monarquia. Para ele, o ideal monárquico asseguraria a unidade nacional, diferentemente do republicano que só levaria ao esfacelamento como o fizera na América espanhola, daí a necessidade de um Estado forte e centralizado. Em Varnhagen, o Estado se apresentou como “epicentro da Nação” e elemento organizador da sociedade, sua ausência causaria “selvageria, o predomínio da força e a desarticulação social” (WEHLING, 1999, p. 86). Como tutor e aperfeiçoador da sociedade, a visão do Estado de Varnhagen faz lembrar o Estado Leviatã de Thomas Hobbes, este que, escrevendo a respeito da transferência do direito que o homem possuía em se autogovernar para um homem ou grupo de homens, visando a paz e a defesa de cada indivíduo dentro do Estado, colocou que:

Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim civitas. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no

sentido da paz em seu próprio país, e ela ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. [...] Àquele que é portador dessa pessoa se chama soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos. (HOBBS, 1979, p. 61)

A justificação para o Estado Leviatã de Hobbes estava no reconhecimento de que a ausência de um Estado soberano condicionava o homem a uma permanente situação miserável de guerra, que seria a consequência imediata das paixões naturais dos homens. Essas paixões, por sua vez, facilmente levariam à dissolução de um Estado fraco. Considerando que tão perigoso quanto um ataque externo são as forças contrárias internas, Hobbes alertou que:

quando acontece de serem dissolvidos (os Estados), não por violência externa, mas por desordem intestina, a causa não reside nos homens enquanto matéria, mas enquanto seus obreiros e organizadores. Pois os homens, quando finalmente se cansam de conflitos irregulares e de ataques mútuos, e desejam de todo coração transformar-se num edifício sólido e duradouro, por falta quer da arte de fazer leis adequadas para nortear as suas ações, [...] não conseguem, sem a ajuda de um arquiteto muito hábil, ser reunidos em outra coisa que não seja um edifício desordenado, o qual, mesmo que consiga aguentar-se durante sua própria época, necessariamente cairá sobre a cabeça da posteridade. (HOBBS, 1979, p. 108)

Certamente não era desejo de Varnhagen ver o Estado brasileiro se transformar num “edifício desordenado”. Era necessário o trabalho de um “arquiteto” muito hábil para assegurar a unidade e a integridade da nação. Esse arquiteto poderia ser a figura do soberano, ou seja, do Imperador. Também era preciso se ter muito cuidado e evitar a todo custo uma possível “desordem intestina” que, no Brasil, atendia pelos nomes de índios e negros escravizados. Quanto mais cedo fossem resolvidos esses “problemas”, mais rápido o Império se constituiria numa nação compacta.

Inserido nesse contexto, o jornalista ligado ao Partido Conservador Justiniano José da Rocha escreveu seu famoso panfleto Ação; Reação; Transação (1855), no qual afirmou que “na luta eterna da autoridade com a liberdade, há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização” (ROCHA, 2009, p. 159). Pela cronologia de Justiniano Rocha, o período da Reação se estendeu de 1836 a 1852, distinguindo-se pela luta da reação monárquica e acabando pela Maioridade, abrindo caminho para o domínio do princípio monárquico. Era exatamente a partir desse domínio do princípio monárquico que Varnhagen enxergava a viabilidade da formação da nação brasileira.

Posição idêntica adotava Paulino Soares de Sousa, para quem as medidas centralizadoras se justificavam pela necessidade de se defender a unidade territorial e neutralizar o poder das facções locais em suas lutas políticas (FERREIRA, 1999, p. 172). Para Varnhagen, como para Paulino Soares, o provincialismo (“bairrismo”) era pernicioso, verdadeiro entrave à construção da nação e devia ser combatido. A conservação da ordem e da unidade nacional eram as grandes preocupações da elite letrada de meados do Oitocentos no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Varnhagen buscou nas pesquisas históricas respostas para as questões do presente. Não era um retorno a algum tempo distante, mas o entendimento de que dele era possível extrair ensinamentos para resolver problemas do seu tempo, no seu tempo e numa projeção de futuro. Em sua concepção, o Império do Brasil era o sucessor direto do Império Português e a nacionalidade brasileira, fruto da colonização portuguesa. Brasileira, é claro, mas construída a partir de elementos trazidos pelos lusitanos e a absorção das outras raças (indígena e negra) pela raça colonizadora (portuguesa - europeia) superior e civilizada. Nesse contexto, só um poder central forte seria capaz de garantir a unidade e a integridade do Império, face ao perigo desagregador do provincialismo.

Atento às questões políticas de sua época, elaborou um relato fundador para a nação brasileira. Não foi o único historiador do Brasil oitocentista, mas sua obra encontrou terreno favorável dentro das condições históricas em que foi pensada e escrita. Varnhagen não foi um saudosista do passado, contudo, buscou nas pesquisas históricas respostas para as questões do seu presente, entendendo que delas seria possível extrair ensinamentos para resolver problemas do seu tempo, no seu tempo e numa projeção de futuro.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: ABREU, Capistrano de. *Ensaios e Estudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931, p. 127-141.

_____. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: ABREU, Capistrano de. *Ensaios e Estudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931, p. 195-217.

BOMFIM, Manoel. Os que fizeram a história do Brasil. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Puc Minas, 2013, p.115-138.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *TOPOI*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez., 2007.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999.

HOBBS, Thomas. Do Estado. In: HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo, 1979, p. 59-123.

HOBBS, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KHALED JR, Salah H. *Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967.

LESSA, Clado Ribeiro. Formação de Varnhagen. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 186, p. 55-88, jan./mar. 1945.

_____. Vida e obra de Varnhagen. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 225, p. 82-297, abr./jun. 1954.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. *RIHGB*. Rio de Janeiro, TOMO XLI, p. 471- 506, out./dez. 1878.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan. 1845.

ROCHA, Justiniano José. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES Jr, Raimundo. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009, p.159-205.

RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 275, p.135-154, abr./jun. 1967.

RODRIGUES, Tamara de Oliveira. A Revolução Pernambucana e as disputas historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 1, p. 289-308, mar. 2017.

SILVA, Taíse Quadros da. Introdução. In: SILVA, Taíse Quadros da. *A reescritura da tradição: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen 1854-1857*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p. 13-21.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONTES

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. *Entre a missão política e a ciência histórica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011, p. 191-195.

_____. Prólogo. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo II. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877, p. V-XVII.

_____. Prefácio. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871, p. V-XXIX.

_____. *História Geral do Brasil*. Tomo II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

_____. Memorial orgânico oferecido à nação. *Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária*. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out./nov. 1851.

_____. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo III, n. 9, p. 53-63, 1841.

Recebido em: 20/02/2018

Aprovado em: 05/03/2018